



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO—\$60

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre . . . . . 180\$
A 1.ª série . . .	» 80\$	» . . . . . 48\$
A 2.ª série . . .	» 80\$	» . . . . . 48\$
A 3.ª série . . .	» 80\$	» . . . . . 48\$

Avulso: Número de duas páginas \$80;  
de mais de duas páginas \$90 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10-112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Direcção Geral da Imprensa Nacional de Lisboa

## AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo em branco.

## SUMÁRIO

### Ministério do Interior :

**Rectificações** às instruções sobre o funcionamento de aparelhos de desinfecção e de desinfestação.

### Ministério da Justiça e dos Cultos :

**Decreto n.º 19:261** — dá nova redacção a vários artigos do Código do Notariado, aprovado por decreto n.º 19:133.

**Nova publicação**, rectificada, do artigo 5.º do decreto n.º 19:231, que constitui uma comissão permanente destinada a centralizar as investigações, a prevenção e a repressão dos crimes de falsificação de moeda, notas de banco e títulos da dívida pública.

**Decreto n.º 19:262** — Declara sem efeito o decreto n.º 9:479, que cedia definitivamente à Junta de Freguesia de Argela, concelho de Caminha, um terreno destinado à construção de um edifício para instalação das escolas de ensino primário geral.

### Ministério das Finanças :

**Decreto n.º 19:263** — Altera as taxas do artigo 580 da pauta de importação.

### Ministério da Marinha :

**Decreto n.º 19:264** — Regula o número de commissários mercantes e de praticantes de commissários mercantes que devem matricular os vapores portugueses de passageiros, a partir de 1 de Março de 1931.

### Ministério dos Negócios Estrangeiros :

**Portaria n.º 7:011** — Concede o título e honras de cônsul geral de Portugal ao antigo cônsul de Portugal em Lausanne, António de Portugal de Faria (Marquês de Faria).

**Aviso** — Torna público ter sido notificada a adesão da colónia do Congo Belga e dos territórios colocados sob mandato da Bélgica à Convenção Internacional sobre a circulação de automóveis, assinada em Paris a 24 de Abril de 1926.

### Ministério do Comércio e Comunicações :

**Rectificação** ao decreto n.º 19:241, que fixa a taxa dos serviços telefónicos do Estado.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Saúde

Repartição de Saúde

### Rectificações

Para os devidos efeitos e em referência às instruções sobre o funcionamento de aparelhos de desinfecção e de desinfestação, insertas no *Diário do Governo* n.º 14, 1.ª série, de 17 de Janeiro corrente, se publica o seguinte :

Na p. 138, 1.ª col. :

No n.º 8, 2.ª lin., onde se lê: «das portas», deve ler-se: «duas portas».

No n.º 5, 2.ª lin., onde se lê: «das respectivas cidades», deve ler-se: «das cidades».

Na p. 139, 2.ª col. :

No n.º 22, 15.ª lin., onde se lê: «tendo na parte», deve ler-se: «tendo esta na parte».

Na p. 140, 2.ª col. :

No n.º 37, alínea a), 6.ª lin., onde se lê: «desta duas pequenas aberturas», deve ler-se: «destas duas pequenas aberturas».

Na p. 142, 2.ª col. :

No título «Fiscalização da eficácia dos progressos de desinfecção e de desinfestação adoptados», deve ler-se: «Fiscalização da eficácia dos processos de desinfecção e de desinfestação adoptados».

Na p. 143, 1.ª col. :

No n.º 48, 2.ª lin., onde se lê: «papéis anis de tornesol», deve ler-se: «papéis azuis de tornesol»; e na 3.ª lin. do mesmo número, onde se lê: «os quais pelo acção», deve ler-se: «os quais pela acção».

Direcção Geral de Saúde, 21 de Janeiro de 1931.—  
O Director Geral, José Alberto de Faria.